

UDR proporá maior taxaçaõ de terra improdutiva

Esquerda pode impedir que haja votaçaõ

O deputado José Genoio, vice-líder do PT, anunciou ontem a formação de um bloco de esquerda, formado pelo PT, PC do B, PDT e o grupo MUP Movimento Unidade Progresista do PMDB para obstruir a votação no plenário da Constituinte, caso se configure no substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral — a ser apresentado hoje às lideranças partidárias — um texto saído de uma aliança das forças de centro com as da direita dentro da Assembleia.

A primeira reunião aconteceu quarta-feira à noite, na casa do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro e a decisão mais importante foi a de não dar hoje, na reunião entre lideranças, o aval da esquerda ao esboço de substitutivo trazido por Cabral.

Segundo Genoio, a decisão de não dar o aval partiu de informações de que do esboço de Cabral não constarão bandeiras das quais a esquerda não abre mão, como a imissão imediata da posse para a reforma agrária, a estabilidade e a jornada de trabalho de 40 horas semanais para os trabalhadores, além da manutenção do Estado de Defesa como uma figura de exceção e da opção do texto pelo parlamentarismo e pelo voto distrital. "Na próxima segunda-feira faremos uma nova reunião para avaliação do substitutivo. Caso se confirme esse quadro a nossa estratégia será a de pedir destaque de emendas em plenário, para obrigar o centro a se manifestar claramente contra as bandeiras do povo", promete o parlamentar.

Desmascarar

Genoio explica que são necessários apenas 35 constituintes reunidos para pedir destaque de emendas e que a esquerda dentro da Constituinte conta com 100 votos. Foram apresentadas em plenário 20 mil emendas e apenas 1/3 de pedidos de destaques sobre elas, seria o suficiente para inviabilizar a votação da nova Constituinte. Genoio esclarece, no entanto, que a intenção da esquerda não é inviabilizar o processo, mas desmascarar os acordos escusos que têm saído das reuniões no escritório de Cabral, instalado no 24º andar do Banco do Brasil. "Todos os cartolas da Constituinte estão lá no Banco do Brasil negociando o texto. E o pior é que eles desprezaram até agora as 20 mil emendas apresentadas em plenário por constituintes. O que queremos é que as lideranças do PMDB arquem na votação em plenário com o ónus de ter fechado acordo com a direita".

Só seis foram à reunião dos "centristas"

A reunião do Centro Democrático, marcada para a escolha dos membros do conselho consultivo do grupo, não atendeu às expectativas de suas lideranças. Apenas seis parlamentares compareceram ao plenário do anexo IV da Câmara, onde se realizou a reunião, para começar o processo de organização dessa mais nova facção dentro do PMDB. O líder do grupo, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), continua garantindo que o Centro Democrático tem cerca de 120 parlamentares. Na véspera o grupo reuniu apenas 40.

Expedito Machado achou natural a presença de poucos parlamentares. Alegou que a reunião era apenas para a escolha do conselho consultivo e não para a eleição de seu presidente, o que só deverá ocorrer na próxima semana. Os articuladores do grupo, divididos pela bancada de cada estado do PMDB dentro do Congresso, estão preenchendo um formulário indicando quantos parlamentares já se comprometeram com o Centro Democrático.

Nesse formulário são indicados também os conselheiros e coordenadores de cada bancada. Embora seus articuladores desmintam, a organização do grupo tem todas as características de formação de um novo partido. Eles têm um organograma disciplinado a escolha de seus membros, das lideranças e a forma de atuação no plenário e nas comissões. Há até ficha de inscrição, que começará a ser preenchida na semana que vem, após a eleição do presidente e de três vice-presidentes.

Números

Até ontem Expedito Machado garantia que tinha em mãos os formulários com o número de parlamentares que aderiram ao Centro Democrático de Minas Gerais, 21; Ceará, 10; Pará, 10; Paraná, 11; Acre, 5; Amazônia, 3; Rondônia, 3; São Paulo, 4; Rio de Janeiro, 7; Mato Grosso, 5; Mato Grosso do Sul, 5; e Distrito Federal, 2. Por essa conta são 86.

A explicação para que esses parlamentares não comparecessem à reunião de ontem era de que muitos viajaram. Estavam presentes os deputados e coordenadores de bancada do grupo, Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Basílio Vilar (PMDB-PR), Del Bosco Amaral (PMDB-SP), Aloísio Teixeira (PMDB-RJ), e Max Rosemann (PMDB-PR).



Caiado (D) visita o líder José Lourenço (PFL) e pede apoio contra imissão imediata de terra

Constituintes não crêem em união do centro com direita

Apesar da insistência dos parlamentares de direita e de centro — direita, na Constituinte, em trabalharem juntos contra as teses constitucionais da esquerda e da centro-esquerda, políticos que não têm vínculo com qualquer desses grupos julgam extremamente improvável a união das forças direitistas, de modo indiscriminado, em relação a todos os pontos polêmicos da futura Constituição Brasileira.

Um dos porta-vozes da centro-direita do PMDB, deputado Roberto Cardoso Alves, de São Paulo, contesta essa impressão dos neutros, afirmando que "pelo menos 90% dos constituintes contrários às teses esquerdistas ficaram juntos em todos os assuntos".

A formalização da unidade do grupo de centro-direita, com parlamentares do chamado Centro Democrático e de outros arranjos conservadores, na opinião dos constituintes descomprometidos, também dificilmente se concretizará. Vários congressistas não tinham conseguido situar-se ainda em termos de opção pelo Centro Democrático ou por outros grupamentos de centro-direita, áreas em que transitam os deputados Expedito Machado (PMDB-CE), José Richa (PMDB-PR), Afif Domingos (PL-SP) e Roberto Cardoso Alves. A divisão dos centro-direitistas parecia decorrer de circunstâncias especiais — conforme o constituinte tivesse base eleitoral ou interesses no campo ou nas cidades — e, consequentemente, em função de temas específicos.

Bandeiras

Eram citados os casos de Afif Domingos, que defende a modernização no plano econômico e social, em torno da bandeira da

iniciativa privada; de Expedito Machado, privatista, mas interessado sobretudo em preservar o esquema de apoio político do presidente Sarney; e Cardoso Alves, defensor de uma reforma agrária que preserve os direitos de propriedade dos proprietários produtivos.

O senador Virgílio Távora, do PDS do Ceará, um dos políticos alheios a esse tipo de disputa, foi dos que se empenharam ativamente na busca de consenso a respeito da reforma agrária. Chegou-se a um ponto — explicou ele — em que as divergências entre constituintes ligados à mesma faixa ficaram visíveis. Assim, como os conservadores, em geral, parecem majoritários, a extensão da reforma agrária vai ser decidida no voto e em termos que não deverão permitir grandes avanços nesse ponto.

Obstrução

Essa também é a impressão de outro cearense, o senador Mauro Benevides, do PMDB, para quem dificilmente os mesmos constituintes deverão manter-se coesos em torno de todos os problemas. "Tanto pensamos assim — disse ele, admitindo, portanto, que outros dirigentes da Constituinte partilhem de suas convicções — que preparamos o sistema de votação eletrônica no plenário da Assembleia, para a apuração dos temas em torno dos quais não haja consenso".

E Benevides advertiu, ao encerrar, que a Constituinte deve contar, apesar da modernização no processo de voto, com uma obstrução cerrada das minorias, na votação dos temas polêmicos, independentemente da existência ou do tamanho dos grupos à esquerda, ao centro e à direita da Assembleia Constituinte.

Críticas para reuniões no BB

A realização de reuniões no 24º andar do edifício-sede do Banco do Brasil, para a elaboração do substitutivo ao Projeto de Constituição, está gerando descontentamento na Assembleia Nacional Constituinte. Ontem todas as lideranças partidárias se pronunciaram contra as reuniões entre as lideranças do PMDB e relatores "que não têm mandato". O deputado Stélio Dias (PFL-ES) chegou a apresentar uma proposta que altera o regimento interno, prevendo a volta das Comissões Temáticas para revisar o substitutivo do deputado Bernardo Cabral.

Os deputados Amaury Muller e Lidice da Matta (PC do B-BA) contestaram as reuniões, argumentando que elas obrigatoriamente deveriam estar sendo realizadas no Congresso Nacional. O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) criticou a participação de juristas sem cargo eletivo no grupo de negociação. Referindo-se a Miguel

Reale Júnior e José Afonso o líder pedetista lembrou: "José Afonso não conseguiu se quer 10 mil votos no Rio de Janeiro e agora está com mais poderes constitucionais que qualquer um de nós".

Comissões

Para tentar reverter esse quadro, o deputado Stélio Dias apresentou um requerimento à Mesa da Constituinte sugerindo a alteração do calendário dos trabalhos.

O deputado quer que sejam realizadas 100 horas de discussões nas Comissões — o equivalente a 20 sessões. Explica que a medida facilitará também a dissolução dos diversos grupos que se formaram na Assembleia. "Esses grupos só surgiram por não existir outra forma de participação", afirmou o constituinte que também condena as reuniões que estão sendo realizadas no Banco do Brasil.



Secretaria busca recursos

A representante da Secretaria da Condição Feminina do Estado de Goiás, Mara Célia Lemos Vaz, juntamente com o deputado Maguito Vilela (PMDB-GO), esteve em Brasília ontem, onde fez contatos com assessores dos Ministérios da Justiça e da Cultura e com a Embaixada da Alemanha. Mara Vaz pretende arrecadar recursos e assinar convênios com o ob-

jetivo de desenvolver diversas atividades em benefício da mulher, nas áreas de cultura, educação, esporte, saúde e política. No Ministério da Justiça, a secretária pediu apoio à sua luta contra a violência que atinge as mulheres em seu Estado. No Jornal de Brasília, a secretária e o deputado foram recebidos por dona Célia Câmara.

O pagamento de um imposto progressivo para os latifúndios improdutivos pode ser a solução para resolver o impasse da questão da reforma agrária, no substitutivo do projeto constitucional do relator deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Esta proposta consta do plano de reforma agrária elaborado pela UDR (União Democrática Ruralista), que deverá ser entregue no dia 1º de setembro ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), Marcos Freire.



O presidente da UDR, Ronald Caiado, não quis confirmar se o pagamento do imposto progressivo constava do plano. Perguntado a respeito, esboçou um sorriso e disse que se esse imposto teria que ser complementado "por outros detalhes". No entanto não quis revelar que detalhes seriam esses. O presidente da UDR passou todo o

dia de ontem mantendo contatos com os constituintes e líderes partidários, tentando obter apoio para a derrubada do dispositivo do texto constitucional, que permite a imissão imediata da posse da terra.

Caiado considera tal emenda para os produtores rurais, o mesmo que o AI-5 representou para os políticos. Depois de visitar o senador José Richa (PMDB-PR) e o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) anteontem, Ronaldo Caiado manteve encontro com o líder do PDC (Partido Democrata Cristão), deputado Siqueira Campos (GO), o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA) e com o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA). A todos Caiado pediu que intercedessem junto ao relator Bernardo Cabral, no sentido de retirar a emenda da imissão imediata da posse de terra, "pois o produtor rural tem todo o direito de defender suas terras na justiça". O líder do PFL, José Lourenço concordou com Caiado justificando que a imissão "fere os próprios princípios fundamentais de Direito".

Líderes vão conhecer esboço

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, reúne hoje, às 16h00 na Comissão de Justiça do Senado, todas as lideranças partidárias da Constituinte para negociar com os partidos o esboço de substitutivo, preparado junto com relatores auxiliares e até ministros de Estado, conteúdo propostas sobre todos os temas polêmicos da Constituinte.

Ontem à tarde estava praticamente fechada a proposta sobre a reforma agrária, que, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), relator-auxiliar de Cabral, prevê a imissão definitiva e imediata da posse de terras desapropriadas pelo Incra.

Jobim explica que caberá ao Judiciário, num prazo a ser fixado (provavelmente 60 dias), conceder a imissão, que não poderá ser contestada. Fica assegurado ao proprietário contestar a desapropriação em relação ao requisito de cumprimento da função social da terra: "Se ficar provado que a desapropriação foi indevida, o Estado fica obrigado a pagar a indenização em dinheiro e não em títulos da dívida agrária", acrescenta.

Sobre a anistia e a concessão de canais de rádio e TV, a tendência do grupo, adiada na quarta-feira pelo senador Fernando Henrique Cardoso, é derrubar o preceito da estabilidade plena, deixando em seu lugar a proibição

de demissões sem justa causa e a indenização progressiva por tempo de serviço para o trabalhador demitido. A concessão de canais provavelmente ficará nas mãos do presidente da República, com o prévio exame do Congresso Nacional, para a sua concretização. Já a anistia — caso o relator mantenha posição declarada há uma semana — será concedida aos cabos, soldados e sargentos a partir de 1946 e a todos os cassados a partir de 1969, que serão reintegrados, mas sem indenização retroativa.

Judiciário

O capítulo do Judiciário foi fechado ontem à tarde, com o Supremo Tribunal Federal sendo transformado em Corte Constitucional. Para exercer as atividades hoje do STF, foi criado o Superior Tribunal de Justiça, em substituição ao Tribunal Federal de Recursos, e os Tribunais Regionais de Justiça.

O esboço que será submetido hoje aos líderes de partido propõe o parlamentarismo e o presidente Sarney, em cinco anos para o presidente Sarney. Segundo Jobim, ainda não havia decisão sobre a data da implantação do Parlamentarismo: "Existem duas propostas. Uma prevê sua instalação para 60 dias após a promulgação da Constituição; a outra, para após o término do mandato do presidente Sarney".